

“DE ASSISTIDO A TRABALHADOR”: SAÚDE MENTAL, ECONOMIA SOLIDÁRIA E INCLUSÃO SOCIAL PELO TRABALHO

Lisabelle Manente Mazaro e Isabela Aparecida de Oliveira Lussi

Universidade Federal de São Carlos – UFSCar

lisabelleamazaro@hotmail.com e bellussi@ufscar.br

RESUMO

Introdução: As reflexões acerca da inclusão social pelo trabalho no âmbito da saúde mental são atravessadas pela discussão do real papel destas experiências que, muitas vezes são concebidas, equivocadamente, como espaços de tratamento. Tal visão contradiz a proposta da Política Nacional de Saúde Mental, que defende a ideia que as ações de inclusão social pelo trabalho são atividades laborais de geração de renda, inserção econômica e emancipação social dos usuários. **Objetivo:** compreender como os trabalhadores do Recriart, um empreendimento econômico solidário do campo da saúde mental, descrevem sua vivência de trabalho nesse espaço e os consequentes impactos em sua trajetória de vida. **Método:** Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, que faz uso da história oral de vida enquanto narrativa de um conjunto de experiências de vida de uma pessoa. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar, atendendo todas as especificações que regulamentam as pesquisas que envolvem seres humanos no Brasil. Para a produção dos dados foram utilizados dois instrumentos: um roteiro semiestruturado de entrevista que, após a realização de todos os passos do processo de história oral, transformaram-se em narrativas; e o diário de campo da pesquisadora. Juntos, os resultados foram analisados por meio da análise categorial. **Resultados:** Foram entrevistados 6 usuários-trabalhadores, previamente indicados pela equipe de incubação do Recriart, e os resultados deram origem a 5 categorias de análise. O presente estudo apresenta e tece reflexões sobre a categoria denominada “lugar social de trabalhador e a transposição da lógica de assistido. Os resultados evidenciaram que os colaboradores estão, progressivamente, transpondo a lógica de doente – aquele sujeito que é assistido e acompanhado por um equipamento de cuidado à saúde mental – e reconhecendo seu lugar social de trabalhador nos espaços destinados ao trabalho cooperado e solidário. **Considerações Finais:** Há nítidas diferenças entre o lugar de assistido e o lugar de trabalhador, que são determinantes para o acesso a direitos de cidadania e emancipação social dos sujeitos e os colaboradores deste estudo deslocam o trabalho da condição de tratamento, colocando-o como meio de acesso a um lugar social diferente, de inclusão e de cidadania.

Palavras-chave: saúde mental; trabalho; economia solidária.

INTRODUÇÃO

O trabalho se configura como um eixo fundamental no processo de reabilitação das pessoas em sofrimento psíquico. Reabilitação aqui entendida como “um processo de reconstrução, um exercício pleno da cidadania, e, também, de plena contratualidade nos três grandes cenários: *habitat*, rede social e trabalho com valor social” (SARACENO, 2001, p. 16). Para que a reabilitação psicossocial de fato aconteça são necessárias condições que permitam o protagonismo e o exercício da autonomia dos usuários por meio do trabalho (CARVALHAES, 2008).

O que se observa, no cenário brasileiro, é que o acesso ao trabalho à população em sofrimento psíquico tem se dado predominantemente por meio da economia solidária, por sua racionalidade mais ética, humana, inclusiva e solidária, que contradiz veementemente o sistema capitalista.

A economia solidária, por seu caráter autogestionário, respeita os princípios da solidariedade e valorização humana, colocando o ser humano como centro e finalidade das atividades econômicas e, portanto, fomenta espaços de trabalho associado, promove aos trabalhadores uma tomada de consciência processual e contínua, levando em conta o contexto e, por consequência, estimulando diariamente a emancipação de seus membros (INTECOOP [s.d.]; MOURA; SILVA; CAMPOS; CANDEIAS, 2015). Tais características destacam o caráter contra-hegemônico da Economia Solidária, tornando-a uma possibilidade concreta de inclusão social pelo trabalho às pessoas em sofrimento psíquico. Tal proposta opõe-se fortemente à “subjetividade massificada pelos ditames hegemônicos do capitalismo global” (VERONESE, 2009, p. 154), que, englobam também outras dimensões individuais e coletivas que extrapolam os aspectos econômicos.

As reflexões acerca da inclusão social pelo trabalho no âmbito da saúde mental, porém, são atravessadas pela discussão do real papel destas experiências que, muitas vezes são concebidas, equivocadamente, como espaços de tratamento. Tal visão contradiz a proposta da Política Nacional de Saúde Mental, que defende a ideia que as ações de inclusão social pelo trabalho são atividades laborais de geração de renda, inserção econômica e emancipação social dos usuários (BRASIL, 2005).

Esse equívoco pode estar relacionado ao fato de experiências de inclusão social pelo trabalho estarem fortemente atreladas aos equipamentos de atenção à saúde mental, o que é compreensível e, em alguns casos, imprescindível para sua estruturação e até manutenção. A literatura aponta que grande número dessas experiências nasce no interior desses serviços, e “as atividades aparecem, em sua maioria, no formato de oficina, e, com

frequência, os locais de realização destas são os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e os centros de convivência, que são dispositivos da política pública da reforma psiquiátrica” (ANDRADE; BURALI; VIDA; FRANZOZIO *et al.*, 2013, p. 185). O estudo realizado por Lussi, Matsukura e Hahn (2013) apontou que a maioria das experiências participantes da pesquisa desenvolvida pelas autoras iniciou suas atividades com oficinas específicas, a partir de atividades já desenvolvidas, e foi ampliando ao longo do tempo suas possibilidades de atividades.

Entendemos que o fato dessas experiências serem criadas e acontecerem dentro dos CAPS ou Centros de Convivência (CeCCos) não seja, necessariamente, um problema em si. Ao contrário, pode representar um apoio fundamental para a manutenção e continuidade das atividades de trabalho e geração de renda, uma vez que as políticas públicas são deficitárias e a legislação de cooperativismo é limitada, tornando inviável a implantação das leis. Nesses espaços é possível suprir certas deficiências em relação às condições materiais e de recursos humanos, uma vez que se utilizam da infraestrutura física – e todas as questões implicadas nisso, como a utilização da energia elétrica, água, telefone, internet e o apoio dos profissionais dos serviços. A grande questão que se coloca e que demanda um cuidado especial é identificar sob quais perspectivas essas experiências são criadas. Há uma grande diferença entre criar uma oficina terapêutica e criar um projeto de trabalho. Tal diferenciação é fundamental e, acima de tudo, que esteja clara tanto para os profissionais quanto para os usuários na rotina dos serviços.

As oficinas terapêuticas são uma das principais **formas de tratamento** oferecido nos CAPS. Os CAPS têm, frequentemente, mais de um tipo de oficina terapêutica. Essas oficinas são atividades realizadas em grupo com a presença e orientação de um ou mais profissionais, monitores e/ou estagiários. Elas realizam vários tipos de atividades que podem ser definidas através do interesse dos usuários, das possibilidades dos técnicos do serviço, das necessidades, tendo em vista a maior integração social e familiar, a manifestação de sentimentos e problemas, o desenvolvimento de habilidades corporais, a realização de atividades produtivas, o exercício coletivo da cidadania (BRASIL, 2004, p. 20, grifo nosso).

As oficinas terapêuticas são parte integrante do projeto terapêutico singular, definido como o conjunto de ações que respeite a particularidade das pessoas, “que personalize o atendimento de cada pessoa na unidade e fora dela e proponha atividades durante a permanência diária no serviço, segundo suas necessidades” (BRASIL, 2004, p. 16). Nestes espaços, o usuário ocupa o lugar de assistido.

Já um projeto de trabalho ou cooperativas sociais, outra denominação dada às experiências de inclusão social pelo trabalho são “constituídas com a finalidade de inserir as pessoas em desvantagens no mercado econômico, por meio do trabalho, fundamentam-se no interesse geral da comunidade em promover a pessoa humana e a integração social dos cidadãos” (BRASIL, 2002, p. 13). Trata-se de um espaço de geração de renda, acesso ao mundo do trabalho, exercício de direitos e de cidadania. Neste espaço o usuário ocupa o lugar de trabalhador.

São instâncias heterogêneas e, portanto, a projetualidade, a perspectiva e o conteúdo de tais experiências devem estar bem demarcados. Nesse sentido, é possível que os CAPS e CeCCos ocupem um lugar de transição, ou seja, que deem todo o suporte para o desenvolvimento das experiências de inclusão social pelo trabalho, e, posteriormente, quando já estiverem melhor estruturadas, os participantes busquem outros espaços menos protegidos.

Acreditamos e defendemos que os projetos de inclusão social pelo trabalho devem ser independentes dos serviços de saúde mental e, portanto, partilhamos da ideia de que se tratam de instâncias heterogêneas. Corroboramos ainda com Lussi, Matsukura e Hahn (2010) que afirmam que os serviços de saúde não estão preparados legal, administrativa e burocraticamente, para lidar com questões de trabalho e geração de renda.

Além disso, quando uma iniciativa de inclusão social pelo trabalho na perspectiva da economia solidária está vinculada a um equipamento de atenção à saúde mental, esta fica submetida às regras da administração pública, o que pode estabelecer uma relação de dependência – dos recursos e infraestrutura – e hierarquia entre as duas iniciativas, colocando em risco a autogestão do grupo, a emancipação e o protagonismo dos usuários no processo de trabalho (MARTINS, 2009).

OBJETIVO

Compreender como os trabalhadores do Recriart, um empreendimento econômico solidário do campo da saúde mental, descrevem sua vivência de trabalho nesse espaço e os consequentes impactos em sua trajetória de vida.

MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa (MINAYO, 2014), que faz uso da história oral de vida (MEIHY, 2002) enquanto um conjunto de experiências de vida de

uma pessoa. A abordagem qualitativa possibilita maior apreensão e aprofundamento dos fenômenos sociais estudados (MINAYO, 2014) e, portanto, torna-se a mais adequada para pesquisas de temáticas como a deste estudo. Já a história oral é utilizada prioritariamente para dar visibilidade aos depoimentos de grupos sociais minoritários, excluídos, oprimidos e marginalizados e propõe, em suas narrativas, uma “outra história” ou “contra-história”, ou ainda uma “história vista de baixo” (MEIHY, 2002, p. 98).

Meihy e Holanda (2014) estabelecem os passos do processo de história oral, a saber: elaboração do projeto; gravação; estabelecimento do documento escrito e sua seriação; sua eventual análise; arquivamento; e devolução social (p. 30). No terceiro momento, isto é, no estabelecimento do documento escrito, ocorre o processo de passagem do oral para o escrito, que acontece em 3 etapas:

1. Transcrição absoluta e literal: as palavras são mantidas em seu estado bruto;
2. Textualização: são eliminadas as perguntas, retirados os erros gramaticais e estabelecido o “tom vital” – uma frase guia, utilizada para requalificar a entrevista segundo sua essência;
3. Transcrição: a narrativa passa por uma mutação, na qual “a entrevista transcrita é outra e a mesma” (MEIHY; HOLANDA, 2014, p. 134).

Somente após o exaustivo trabalho em todas as suas etapas que o texto final de cada entrevista estará estabelecido. Este deverá, então, voltar ao narrador para que ele se reconheça e faça, durante o ato de conferência, a validação.

O campo do estudo foi composto pelo Recriart – Reciclando e Fazendo Arte, um empreendimento econômico solidário constituído por pessoas em sofrimento psíquico, usuários da Rede de Saúde Mental, localizado no município de São Carlos/SP.

O projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, tendo sido aprovado sob o parecer número 3.259.508, seguindo as especificações da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, que regulamenta pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil. Somente após sua aprovação foram realizadas as entrevistas.

Para a produção dos dados foram utilizados dois instrumentos: um roteiro semiestruturado de entrevista que, após a realização de todos os passos do processo de história oral, transformaram-se em narrativas; e o diário de campo da pesquisadora. Os dados produzidos foram submetidos à análise categorial (BARDIN, 2016), fundamentada no arcabouço teórico elaborado por Boaventura de Sousa Santos, particularmente, as

sociologias das ausências e das emergências e a ecologia de saberes (SANTOS, 2010a; 2010b).

A análise categorial é uma das técnicas da análise de conteúdo, cujas diferentes etapas são organizadas por meio de três núcleos cronológicos: a) pré-análise; b) exploração do material; e c) tratamento dos resultados, inferência e interpretação (BARDIN, 2016).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram entrevistados 6 usuários-trabalhadores, previamente indicados pela equipe de incubação do Recriart. Vale ressaltar que todos os participantes tiveram assegurado o direito ao sigilo, previsto no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e, portanto, os nomes utilizados são fictícios, tratando-se de nomes de flores: Gerânio, Hibisco, Lírio, Alfazema, Camélia e Begônia.

Os resultados deram origem a 5 categorias de análise e o presente estudo apresenta e tece reflexões sobre a categoria denominada “Lugar social de trabalhador e a transposição da lógica de assistido”.

Alguns achados na literatura apresentam como desafio a superação da concepção das iniciativas de inclusão social pelo trabalho como espaços de tratamento (ANDRADE; BURALI; VIDA; FRANSOZIO *et al.*, 2013; LUSSI; MORATO, 2012; MAZARO, 2017). A despeito destes achados, tal obstáculo não foi identificado nos resultados do presente estudo.

Retomando a história do Recriart (BARBERIO; BORGES; LUSSI; BULHÕES *et al.*, 2014), observamos que ele teve seu início vinculado à preocupação da equipe profissional do CAPS em relação à inclusão social dos usuários, especialmente, aqueles que estavam sendo encaminhados para o processo de alta do tratamento e sentiam vontade de ingressar no mundo do trabalho.

A partir dessa demanda, a equipe começou a desenvolver iniciativas de inclusão de usuários no trabalho formal, porém, sem sucesso porque eles não conseguiam permanecer no trabalho devido às altas exigências, forte pressão por produtividade, rigidez de regras, más condições e relações de trabalho. Esse cenário piorava a condição de saúde dos usuários, levando, em muitas vezes, a situação de surto e consequente internação psiquiátrica (BARBERIO; BORGES; LUSSI; BULHÕES *et al.*, 2014).

Outra tentativa de inserção laboral dos usuários do CAPS Saúde Mental foi a experiência de montar um Brechó dentro do próprio serviço. O fato de ser dentro do CAPS o local de vendas fazia com que os usuários ficassem confusos em

relação às oficinas terapêuticas, que já aconteciam dentro do serviço, com a proposta de inserção laboral no Brechó. Os usuários não compreendiam o que era terapêutico e o que era trabalho. Além disso, também tinha o problema da circulação do dinheiro, pois o CAPS não é um local para comercialização (BARBERIO; BORGES; LUSSI; BULHÕES *et al*, 2014, p. 201-211).

Uma segunda tentativa foi a panificação, cuja fabricação e comercialização de pães aconteciam dentro do CAPS II. Tal atividade também não foi bem sucedida porque os usuários que estavam no serviço queriam comer os pães produzidos e sobrava poucos pães para a comercialização. O grupo entendeu que o desenvolvimento de uma experiência de geração de trabalho no mesmo espaço destinado ao tratamento não seria bem sucedida.

O Recriart alcançou melhor estruturação a partir do momento que todos os envolvidos entenderam a necessidade de desvinculação entre os espaços de tratamento e de trabalho. Este foi um grande avanço para os usuários e profissionais envolvidos, além de favorecer a autonomia do grupo.

Tendo o grupo se desenvolvido dentro dessa perspectiva de diferenciação entre os espaços destinados ao tratamento (CAPS) e ao trabalho (Recriart), todas as narrativas apontam que os colaboradores apresentam tal clareza, assim como demonstram os fragmentos a seguir:

“O que me atraiu para entrar no Recriart foi a questão financeira, porque no CAPS existiam as oficinas, porém, eram de terapia e não visavam a questão monetária. Nessa outra proposta, a gente ia vender e ter um dinheirinho para nós. [...] Costumo dizer que é uma terapia monetariamente, mas querendo ou não, lá é meu serviço”.

(Trecho da narrativa de Lírio, grifo nosso)

Apesar de Lírio¹ (*in memoriam*) ter feito uso do termo “terapia” em sua narrativa, este não necessariamente representava o caráter terapêutico expresso na tradição psiquiátrica e no senso comum – que reconhecem o trabalho como tratamento e/ou terapia, no sentido de manter o distanciamento entre o sofrimento e a pessoa que sofre, ou seja, “fazer algo para não pensar na doença” (SILVA, 1997, p. 95). Parece-nos que o termo utilizado por Lírio remetia à sensação de bem-estar proporcionada pelo trabalho. Para Rotelli (2000), é possível que o trabalho seja terapêutico e que faça a pessoa se sentir melhor, desde que esteja incluído em um projeto mais abrangente e mais complexo. Para o autor, a terapeuticidade de um instrumento vincula-se ao fato dele ser elemento de

¹ O processo de construção da narrativa de Lírio ocorreu no período entre julho e novembro de 2019, porém em julho de 2020 a pesquisadora foi informada sobre seu falecimento. Fica aqui registrada nossa gratidão, homenagem e respeito à sua história e trajetória.

valorização; e ser elemento de valorização relaciona-se com os valores que circulam na sociedade em um determinado momento.

Nesse sentido, a economia solidária se destaca por suas principais características – a cooperação e a solidariedade – ao valorizar o trabalho como possibilidade de estar no social de forma mais integral, além de destacar tanto as potencialidades individuais quanto coletivas.

Lírio reconhecia o Recriart como sinônimo de inclusão não apenas no mercado econômico, mas social, além de um espaço de geração de renda e acesso ao mundo do trabalho e exercício de direitos e cidadania. As frases abaixo foram retiradas da narrativa de Lírio e exemplificam parte desta visão, que atravessa todo seu discurso.

“O que me atraiu para entrar no Recriart foi a questão financeira [...]. Para mim isso representa uma inclusão e uma participação da gente [...]. Nós temos um regimento no Recriart que norteia nossas ações e, nele consta que não existe um patrão, ao contrário, todo mundo é patrão [...]. O Recriart, reciclagem e fazendo arte, representa para mim a convivência”.

(Trechos da narrativa de Lírio)

Lírio identificava seu lugar de trabalhador nesse espaço e essa conotação atribuída ao trabalho pode ser melhor apreendida quando se explora a afirmação realizada por Tolfo e Piccinini (2007, p. 40): “O trabalho é rico de sentido individual e social, é um meio de produção de vida de cada um ao prover subsistência, criar sentidos existenciais ou contribuir na estruturação da identidade e da subjetividade”.

Ainda nesse sentido, Gerânio e Hibisco expressam o significado do Recriart para eles:

*“Para mim o Recriart significa melhora. **Significa trabalho**, Significa evolução. Porque sem ele eu estaria parado. Estaria jogado às traças. Atualmente eu estou tocando a minha vida. Estou trabalhando. [...] Com ou sem prótese eu vou continuar trabalhando no Recriart”.*

(Trecho da narrativa de Gerânio, grifo nosso)

Para além do significado atribuído por Gerânio, o trecho acima discorre sobre a vontade e a determinação em continuar trabalhando no Recriart, que independe da possibilidade de ter uma prótese para seu braço amputado e, nesse sentido, apontamos a riqueza de se trabalhar em um espaço regido pelo princípio da solidariedade. Para Santos e

Rodríguez (2005), é graças a esse princípio que uma pessoa contribui de acordo com suas capacidades e recebe segundo suas necessidades.

De acordo com Santos (2010a), a economia solidária desperta certa euforia porque envolve emoções, tão necessárias quando se trata da racionalidade de uma sociologia de emergências. Pensar possibilidades de trabalho para pessoas em sofrimento psíquico não significa, necessariamente, acesso ao mercado formal, mas trabalhar dentro das possibilidades de sua realidade, esperançosos com os resultados que os inclua de fato na sociedade. As experiências narradas pelos colaboradores demonstram o efeito positivo decisivo e o elevado potencial transformador destas experiências.

Hibisco, assim como Gerânio e Lírio, também entende o Recriart como um espaço de trabalho, no qual desenvolve uma atividade econômica:

*“Para mim o Recriart **significa um serviço, um trabalho e possibilidade de geração de renda**”.*

(Trecho da narrativa de Hibisco, grifo nosso)

Observamos a partir das narrativas, uma apropriação por parte dos colaboradores, sobre o trabalho desenvolvido. Acreditamos que os princípios da economia solidária, em especial o exercício da autogestão, tenha atribuído ao Recriart um enfoque desvinculado ao terapêutico. Segundo Lussi e Pereira (2011), quando pessoas em sofrimento psíquico vivenciam experiências de trabalho e a possibilidade de realização de trocas materiais, sociais e afetivas, há uma mudança de concepção de trabalho terapêutico para trabalho com sentido, significado e valor social.

O trabalho na perspectiva do cooperativismo caracteriza-se como um movimento para mudanças e melhorias nas condições econômicas e sociais de setores menos desenvolvidos da sociedade, ou seja, aquelas populações excluídas, oprimidas e marginalizadas do Sul global. “O movimento cooperativo nasceu da necessidade de alterar a sociedade existente através de uma ideologia baseada no igualitarismo” (BHOWMIK, 2005, p. 373). Indo além, o mesmo autor declara que os setores mais pobres e socialmente marginalizados podem melhorar sua condição socioeconômica por meio do movimento cooperativo.

Para Begônia, o Recriart significa a oportunidade de trabalho, distanciando-se completamente da perspectiva do trabalho como recurso terapêutico:

“O que me motivou a trabalhar no Recriart foi a questão financeira, a oportunidade de trabalhar, além da possibilidade de me sentir mais ativa. [...] Eu estou bem e estou gostando do novo trabalho”.

(Trecho da narrativa de Begônia, grifo nosso)

Por fim, destacamos o fragmento da narrativa de Alfazema, lembrando que ela nunca foi usuária de um CAPS, também não havia tido uma experiência de trabalho anterior ao Recriart e o quanto sua fala aponta para a apropriação sobre o seu lugar social de trabalhadora.

“Eu gosto muito de trabalhar no Recriart... [...] e sinto muita falta quando eu não vou trabalhar. Eu que fico lembrando meu irmão e minha cunhada do horário de ir trabalhar, afinal são eles que me levam de carro até lá”.

(Trecho da narrativa de Alfazema, grifo nosso)

Diante do exposto, podemos afirmar que os colaboradores deste estudo estão, aos poucos, transpondo a lógica de assistido e reconhecendo seu lugar social de trabalhador. Este é um processo que demanda tempo e esforço de todos os atores envolvidos e, para tanto corroboramos com o pensamento de Santos (2000) ao afirmar que são as formas democráticas de gestão e de tomada de decisões que alavancam as transformações e permitem a construção de um saber solidário.

Importante destacar que há diferenças significativas entre o lugar de assistido e o lugar de trabalhador, que são determinantes para o acesso aos direitos de cidadania e a emancipação social das pessoas, e os colaboradores deste estudo deslocaram – ou estão deslocando – o trabalho da condição de tratamento e colocando-o como meio de acesso a um lugar social diferente, de inclusão, de cidadania e, portanto, concebido como direito. Os resultados apontam para [a possível] transposição da linha abissal, de modo que “ser assistido” caracteriza o “outro lado da linha”, o Sul global, a “zona selvagem”, a exclusão, a não-cidadania, a invisibilidade, a não-existência e, portanto, a ausência. Para Nunes e Siqueira-Silva (2016, p. 208), “a desumanização associada à atribuição de desrazão, loucura ou alienação e, mais recentemente, de distúrbio ou transtorno mental aparece como expressão dessa linha abissal”.

Os “loucos” e “loucas” aparecem como exemplos precoces de formas de negação da humanidade que são indissociáveis da emergência da modernidade ocidental. O saber psiquiátrico e o asilo constituíram os dois lados de um processo de confinamento daqueles que viriam a ser designados de “alienados” – um termo que concentra sentidos científico-técnicos e jurídico-políticos, paralelo ao de outras formas de desqualificação da humanidade dos “outros” racializados que

habitavam os territórios colonizados do que hoje chamamos o Sul global (NUNES; SIQUEIRA-SILVA, 2016, p. 211).

Por outro lado, “uma das respostas mais radicais e criativas a essa desumanização assumiu formas inovadoras de ação coletiva e de redefinição do espaço dos saberes e modos de expressão” (NUNES; SIQUEIRA-SILVA, 2016, p. 208). Encontramos correspondente à tal colocação neste trabalho, uma vez que o estudo de uma experiência de iniciativa de inclusão social pelo trabalho, sob a perspectiva da economia solidária, tornou possível a reflexão sobre a ecologia de saberes, descentralizando radicalmente a autoridade dos saberes hegemônicos. Nesse sentido, o lugar de trabalhador faz com que as pessoas assumam o lugar de sujeitos de direitos, a “zona civilizada”, carregando consigo um elemento de motivação, de voz, de visibilidade e a possibilidade de sobrevivência e transposição da linha abissal.

O pensamento do sociólogo Boaventura de Sousa Santos ganhou prestígio em diferentes partes do mundo por apresentar uma nova compreensão da realidade social. Ao longo dos últimos anos, ele se dedicou à elaboração de um conjunto de epistemologias que constituem o paradigma emergente, indicando que é possível pensar o mundo sob uma perspectiva diferente, especialmente a partir das fronteiras em que está situado o pensamento moderno. Indo além, o autor busca encontrar alternativas para pensar um mundo diferente, conferindo visibilidade às ricas experiências que foram descredibilizadas. Trata-se, portanto, da elaboração de um paradigma contra-hegemônico para que, a partir dele, seja possível encontrar alternativas concretas que sejam transformadoras da realidade social. Encerramos as reflexões afirmando que ainda existem alternativas para o hegemônico excludente, para a realidade que parece ser intransponível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados evidenciaram que os colaboradores estão, progressivamente, transpondo a lógica de doente – aquele sujeito que é assistido e acompanhado por um equipamento de cuidado à saúde mental – e reconhecendo seu lugar social de trabalhador nos espaços destinados ao trabalho cooperado, autogestionário e solidário. Tais resultados refutam alguns achados da literatura, que identificaram na realidade das iniciativas de inclusão social pelo trabalho, a concepção terapêutica.

Há nítidas diferenças entre o lugar de assistido e o lugar de trabalhador, que são determinantes para o acesso aos direitos de cidadania e a emancipação social das pessoas e

os colaboradores deste estudo deslocam o trabalho da condição de tratamento, colocando-o como meio de acesso a um lugar social diferente, de inclusão e de cidadania.

AGRADECIMENTO

Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pelo financiamento desta pesquisa e ao CNPq.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. C.; BURALI, M. A. M.; VIDA, A.; FRANSOZIO, M. B. B. *et al.* Loucura e trabalho no encontro entre saúde mental e economia solidária. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 33, n. 1, p. 174-191, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pcp/v33n1/v33n1a14.pdf>. Acesso em 22 ago. 2021.
- BARBERIO, I. C.; BORGES, E. S.; LUSSI, I. A. D. O.; BULHÕES, L. D. S. *et al.* Incubação do Recriart: parceria entre a prefeitura municipal e a Universidade Federal de São Carlos. *In*: PINHO, K. L. R.; PINHO, L. P.; LUSSI, I. A. O.; MACHADO, M. L. T. (org.). **Relatos de experiências em inclusão social pelo trabalho na saúde**. São Carlos: Compacta Gráfica e Editora, 2014. p. 209-224.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016.
- BHOWMIK, S. As cooperativas e a emancipação dos marginalizados: estudos de caso de duas cidades na Índia. *In*: SANTOS, B. (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 369-400.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. **Legislação em saúde mental 1990-2002**. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/legislacao_saude_mental.pdf. Acesso em 28 ago. 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Saúde Mental no SUS: os centros de atenção psicossocial**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: http://www.ccs.saude.gov.br/saude_mental/pdf/SM_Sus.pdf. Acesso em 28 ago. 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 1.169/GM de 7 de julho de 2005**. Destina incentivo financeiro para municípios que desenvolvam projetos de Inclusão social pelo Trabalho destinados a pessoas portadoras de transtornos mentais e/ou de transtornos decorrentes do uso de álcool e outras drogas, e dá outras providências. Brasília, 2005. Disponível em http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2005/prt1169_07_07_2005.html. Acesso em 24 ago. 2021.

CARVALHAES, A.G. **O lugar do trabalho solidário na reforma psiquiátrica brasileira**. 2008. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. Disponível em https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFMG_a117dbf3ceab2d1f3628e344953b7068. Acesso em 24 ago. 2021.

INTECOOP. Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares. Universidade Federal de Itajubá. Cartilha de formação de grupos. Módulo I. **O trabalho humano, história do capitalismo e economia solidária**. Internet. Site. Disponível em: https://portal.toledoprudente.edu.br/upload/usuarios/2896/aulas/Cartilha_trabalho_humano.pdf. Acesso em 28 ago. 2021.

LUSSI, I. A. O.; MATSUKURA, T. S.; HAHN, M. S. Reabilitação psicossocial: oficinas de geração de renda no contexto da saúde mental. **O Mundo da Saúde**, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 284-291, 2010. Disponível em: http://www.saocamilo-sp.br/pdf/mundo_saude/84/185-192.pdf. Acesso em 28 ago. 2021.

LUSSI, I. A. O.; MORATO, G. G. O significado do trabalho para usuários de serviços de saúde mental inseridos em projetos de geração de renda vinculados ou não ao movimento da economia solidária. **Cad. Ter. Ocup. UFSCar**, São Carlos, v. 20, n. 3, p. 369-380, 2012. Disponível em: <http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/681/395>. Acesso em 22 ago. 2021.

LUSSI, I. A. O.; PEREIRA, M. A. O. Empresa social e economia solidária: perspectivas no campo da inserção laboral de portadores de transtorno mental. **Rev Esc Enferm USP**, v. 45, n. 2, p. 515-21, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/reeusp/v45n2/v45n2a29.pdf>. Acesso em 22 ago. 2021.

MARTINS, R. C. A. **Cooperativas sociais no Brasil: debates e práticas na tecitura de um campo em construção**. 2009.193f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/4276/1/2009_RitadeCassiaAndradeMartins.pdf. Acesso em 28 ago. 2021.

MAZARO, L. M. **Economia solidária e inclusão social pelo trabalho no campo da saúde mental: identificando potencialidades e fragilidades**. 2017. 226f. Dissertação (Mestrado em Terapia Ocupacional) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/>. Acesso em 22 ago. 2021.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de história oral**. 4 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. **História oral: como fazer, como pensar**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2014.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14 ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MOURA, M. S.; SILVA, A. C.; CAMPOS, M. M.; CANDEIAS, E. W. L. L. A autêntica autogestão: os desafios do trabalho autogestionário em uma associação de catadores de materiais recicláveis localizados em Palmeira dos Índios – Alagoas. In: **Congresso de Pesquisadores de Economia Solidária**, 1, 2015, São Carlos. Anais... São Carlos: Diagrama Editorial, 2015. Disponível em: <http://www.conpes.ufscar.br/anais>. Acesso em 28 ago. 2021.

NUNES, J. A.; SIQUEIRA-SILVA, R. Dos “abismos do inconsciente” às razões da diferença: criação estética e descolonização da desrazão na Reforma Psiquiátrica Brasileira. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 18, n. 43, p. 208-237, dez., 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/soc/v18n43/1517-4522-soc-18-43-00208.pdf>. Acesso em 22 ag. 2021.

ROTELLI, F. Dall’ergoterapia all’impresa sociale. In: TORRESINI, L. (org.). **Il lavoro rende liberi?:** dall’ergoterapia all’istituzione inventata. Roma: Sapere, 2000. p. 178-90.

SANTOS, B. S. **A crítica da razão indolente:** contra o desperdício de experiência. Porto: Afrontamento, 2000.

SANTOS, B. S. Uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: SANTOS, B. S. (org.). **A gramática do tempo:** para uma nova cultura política. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2010a. p. 93-137.

SANTOS, B. S. A ecologia de saberes. In: SANTOS, B. S. (org.). **A gramática do tempo:** para uma nova cultura política. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010b. p. 137-165.

SANTOS, B. S.; RODRÍGUEZ, C. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, B. (org.). **Produzir para viver:** os caminhos da produção não capitalista. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 23-77.

SARACENO, B. Reabilitação psicossocial: uma estratégia para a passagem do milênio. In: PITTA, A.M.F. (org.). **Reabilitação psicossocial no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2001, p. 13-18.

SILVA, A. L. A. **O Projeto Copiadora do CAPS:** do trabalho de reproduzir coisas à produção de vida. 1997. 160f. Dissertação (Mestrado em enfermagem) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/7/7137/tde-04062003-124644/publico/Analuisa.pdf>. Acesso em 22 ago. 2021.

TOLFO, S. R.; PICCININI, V. Sentidos e significados do trabalho: explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 19, p. 38-46, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/psoc/v19nspe/v19nspea07.pdf>. Acesso em 22 ago. 2021.

VERONESE, M. V. Subjetividade, trabalho e economia solidária. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 84, p. 153-167, mar., 2009. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/416>. Acesso em 28 ago. 2021.